Relatório



Grupo Banco Mundial (WBG) – Brasil

Engajamento de Partes Interessadas no Desenvolvimento da Eólica Offshore no Brasil

Volume II - Plano de Engajamento de Partes Interessadas para o Planejamento da Eólica Offshore no Brasil

Doc. No. P0046222-SEP-Rev.5 – Junho 2026

Rev.	Descrição	Preparado por	Verificado por	Aprovado por	Data
0	Primeira Edição	FF, JG e MV	AO	JH	26/11/2025
1	Primeira Revisão	MV	AO	JH	14/01/2026
2	Segunda Revisão	MV	AO	JH	27/03/2026
3	Terceira Revisão	MV	AO	JH	06/04/2026
4	Quarta Revisão	MV	AO	JH	09/04/2026
5	Quinta Revisão	MV	AO	JH	15/06/2026

SUMÁRIO

Página

LISTA DE APÊNDICES 3
LISTA DE TABELAS 3
LISTA DE FIGURAS 3
ACRÔNIMOS E ABREVIAÇÕES 4
ACRÔNIMOS EABREVIAÇÕES 4
GLOSSÁRIO 5
PLANO DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS NA FASE DE PLANEJAMENTO 9
1.1 INTRODUÇÃO 9
1.2 FASES DE DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA EÓLICA OFFSHORE NO BRASIL 10
1.3 PERFIS DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS 15
1.4 MOMENTOS, MECANISMOS E FERRAMENTAS DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS NA FASE DE PLANEJAMENTO DA ENERGIA EÓLICA OFFSHORE NO BRASIL 18
1.5 TRATAMENTO DOS PONTOS DE ATENÇÃO PARA O ENGAJAMENTO 26
1.6 COMUNICAÇÃO 27
1.7 GESTÃO DO PLANO 29
1.7.1 Papéis e Responsabilidades 29
1.7.2 Execução do Plano 30
1.7.3 Gestão Adaptativa 33
1.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 36

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A: Estratégia de Comunicação com Povos Indígenas, Quilombolas, Comunidades Pesqueiras e Tradicionais

LISTA DE TABELAS

Página

Tabela 1.1: Perfis de engajamento e objetivos estratégicos associados. 17
Tabela 1.2: Momentos de engajamento na fase de planejamento da eólica offshore. 21
Tabela 1.3: Momentos de engajamento na fase de outorga de direito de uso da área para geração eólica offshore. 25
Tabela 1.4: Indicadores de Monitoramento e Avaliação do PEPI. 33

LISTA DE FIGURAS

Página

Figura 1.1: Fases do desenvolvimento da energia eólica offshore no Brasil e escopo do engajamento. Fonte: EPE, 2025. 12
Figura 1.2: Descrição das fases do desenvolvimento da energia eólica offshore no Brasil. Fonte: EPE, 2025. 13
Figura 1.3: Estrutura dos Momentos, Mecanismos, Ferramentas, Instrumentos e Evidências de Engajamento de Partes Interessadas. 18
Figura 1.4: Esquema de execução do PEPI (EPE, 2026). 32

ACRÔNIMOS E ABREVIAÇÕES

ACRÔNIMOS EABREVIAÇÕES	DESCRIÇÃO
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CLPI	Consulta Livre, Prévia e Informada
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CP	Consulta Pública
DIP	Declaração de Interferência Prévia
ESF	Environmental and Social Framework (Estrutura Ambiental e Social)
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ESS	Environmental and Social Standard (Padrão Ambiental e Social)
GT	Grupo de Trabalho
IAP2	International Association for Public Participation
LAI	Lei de Acesso à Informação
MME	Ministério de Minas e Energia
MMA	Ministério de Meio Ambiente
O&M	Operação & Manutenção
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEM	Planejamento Espacial Marinho
PEPI	Plano de Engajamento de Partes Interessadas
PUG	Portal Único de Gestão de Áreas Offshore
SECIRM	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
WBG	World Bank Group

GLOSSÁRIO

Neste item são apresentados os principais termos e conceitos utilizados ao longo deste documento, com o objetivo de apoiar a compreensão do conteúdo.

Cessão de uso: contrato administrativo, por prazo determinado, firmado entre a União e o interessado no uso de área *offshore* para exploração de geração de energia elétrica.

Comunicação assíncrona: Modalidade de comunicação em que a interação entre as partes não ocorre de forma simultânea, permitindo o envio e a resposta às informações em momentos distintos. No âmbito do PEPI e do planejamento da energia eólica offshore, inclui a troca de e-mails institucionais, a tramitação de documentos e ofícios, o uso de sistemas administrativos e o encaminhamento de contribuições técnicas por escrito, complementando os mecanismos de engajamento realizados em tempo real.

Consulta Pública: Mecanismo formal de participação social que permite que indivíduos, organizações e instituições apresentem contribuições, críticas e sugestões a propostas normativas, diretrizes, planos, estudos ou decisões administrativas. Geralmente é realizada por meio de plataformas digitais ou procedimentos administrativos específicos, dentro de um prazo previamente estabelecido.

Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI): Mecanismo estabelecido no artigo 6º da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo o qual os governos devem consultar os povos indígenas e tribais, por meio de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente. Essas consultas devem ser realizadas de boa-fé, por meio de procedimentos apropriados assegurando acesso adequado às informações e respeito aos processos próprios de tomada de decisão desses povos.

Declaração de Interferência Prévia (DIP): Declaração prevista na Lei nº 15.097 a ser emitida por instituições do Poder Executivo que visa identificar possíveis interferências prévias dos prismas (área pretendida para instalação do empreendimento eólico offshore) em outras

instalações ou atividades, de forma a evitar ou mitigar conflitos que possam surgir, bem como respeitar as vedações legais.

Engajamento de partes interessadas: Processo contínuo, estruturado e bidirecional de interação entre Estado, setor privado e sociedade, que envolve a identificação, análise, comunicação, consulta e participação das partes interessadas ao longo do ciclo de desenvolvimento da energia eólica offshore. O engajamento ultrapassa ações pontuais de informação, buscando construir confiança, reduzir assimetrias de poder, incorporar percepções e conhecimentos locais e qualificar a tomada de decisão pública.

Evidências de engajamento: Registros que comprovam a realização das atividades de engajamento e documentam as interações com as partes interessadas. Exemplos: atas, listas de presença, registros fotográficos, relatórios de reuniões e registros de manifestações.

Ferramentas de Engajamento: Recursos e meios de apoio utilizados para viabilizar a comunicação e a participação das partes interessadas, incluindo materiais, canais e técnicas. Exemplos: apresentações, materiais informativos, formulários, plataformas digitais, vídeos, materiais impressos ou digitais, entre outros.

Gestão adaptativa: Abordagem de gestão baseada no monitoramento contínuo e na incorporação de aprendizados ao longo do tempo, permitindo ajustar estratégias e ações de engajamento conforme a evolução do contexto, das percepções sociais e dos resultados obtidos.

Grupos socialmente vulnerabilizados: Grupos sociais que, em função de fatores históricos, estruturais, territoriais, econômicos, étnico-raciais ou culturais, apresentam maior exposição a riscos, menor capacidade de influência nos processos decisórios e maior sensibilidade a impactos decorrentes de políticas públicas ou empreendimentos. No presente estudo, incluem-se, entre outros, povos indígenas, quilombolas, comunidades pesqueiras e tradicionais, cuja vulnerabilidade é analisada de forma relacional e contextual, conforme os critérios adotados na matriz de partes interessadas.

Governança participativa: Modelo de governança que promove a inclusão de diferentes atores sociais nos processos de tomada de decisão, por meio de mecanismos estruturados de diálogo, consulta e colaboração. Envolve a articulação entre Estado, setor privado e sociedade, com foco na transparência, na legitimidade e na construção compartilhada de soluções.

Grupos sub-representados: Atores sociais que, embora legalmente reconhecidos e organizados, tendem a apresentar participação limitada ou assimétrica nos espaços formais de decisão, consulta e formulação de políticas públicas, em comparação com atores estatais ou econômicos dominantes. No contexto do mapeamento de partes interessadas para a energia eólica offshore, o termo refere-se à sub-representação institucional e política, e não à ausência de organização social, demandando estratégias específicas de engajamento, comunicação e participação qualificada.

Instrumentos de Engajamento: Dispositivos formais que registram, estruturam ou formalizam processos de engajamento e seus resultados. Exemplos: acordos, termos de compromisso, protocolos comunitários, planos de ação entre outros.

Mapeamento de partes interessadas: Processo sistemático de identificação, caracterização e análise das partes interessadas relevantes para um determinado contexto territorial e setorial. Neste estudo, o mapeamento considera critérios de interesse, influência, percepção e pertencimento a grupos vulnerabilizados ou sub-representados, constituindo base analítica para o Plano de Engajamento de Partes Interessadas e para o mapeamento de sensibilidades socioambientais.

Momentos de engajamento: Momentos em que ocorrerão as interações com as partes interessadas de acordo com as fases e etapas do processo de desenvolvimento da energia eólica offshore.

Mecanismos de engajamento: Formas utilizadas para promover a interação e o diálogo com as partes interessadas nos diferentes momentos de engajamento. Exemplos incluem

consultas públicas, reuniões e oficinas, entre outras atividades voltadas à troca de informações e à coleta de contribuições.

Outorga de direito de uso: ato de autorização ou concessão que, mediante contrato de cessão, confere o direito de uso de bens da União para aproveitamento de potencial de geração de energia elétrica offshore.

Outorga de geração: ato que autoriza a implantação e a exploração do serviço de geração de energia elétrica.

Parte interessada (stakeholder): Indivíduo, grupo social, organização ou instituição que possa influenciar, ser influenciado ou perceber-se como potencialmente afetado pelo desenvolvimento da energia eólica offshore, em qualquer de suas fases, incluindo planejamento, ordenamento espacial, licenciamento, implantação, operação e descomissionamento. No presente estudo, o conceito é aplicado de forma ampla e relacional, considerando dimensões territoriais, institucionais, políticas, econômicas, sociais, culturais e simbólicas.

Participação social: Direito constitucional e prática política por meio da qual indivíduos e coletivos intervêm, de forma direta ou indireta, nos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. No contexto deste documento, a participação social é entendida como um campo de disputas, negociações e construção de legitimidade, não se restringindo a mecanismos formais, mas incluindo práticas institucionais e não institucionais de incidência política.

Portal Único de Gestão de Áreas Offshore (PUG Offshore): Plataforma de governo digital que centralizará os requerimentos e procedimentos relacionados à outorga do direito de uso de bens da União, para o aproveitamento do potencial energético offshore.

PLANO DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS NA FASE DE PLANEJAMENTO

1.1 INTRODUÇÃO

O presente documento integra o Volume II do conjunto de produtos intitulado “Engajamento de Partes Interessadas no Desenvolvimento da Eólica Offshore no Brasil”, estruturado em três volumes complementares: (i) Volume I – Fundamentos do engajamento e Diagnóstico de partes interessadas; (ii) Volume II – Plano de Engajamento de Partes Interessadas para o Planejamento da Eólica Offshore no Brasil; e (iii) Volume III – Roteiro de Engajamento para Empreendimentos de Eólica Offshore no Brasil.

O estudo foi desenvolvido pela RINA Consulting Inc., no âmbito de consultoria contratada pelo Banco Mundial (World Bank Group – WBG) a pedido do Ministério de Minas e Energia (MME), com acompanhamento técnico da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A iniciativa integra o esforço conjunto do governo brasileiro e do Banco Mundial para estruturar o desenvolvimento da energia eólica offshore no país, de modo que as decisões relativas à fonte sejam tomadas com base em informação técnica, participação social e transparência institucional.

Este item apresenta o Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) para a fase de planejamento da fonte eólica offshore no Brasil e para os procedimentos de outorga de direito de uso de bens da União, para o aproveitamento do potencial energético offshore.

O Plano foi construído a partir das análises de interesse, influência, percepção e vulnerabilidade apresentadas no Volume I – Fundamentos do engajamento e Diagnóstico de partes interessadas e tem como objetivo estabelecer estratégias para o engajamento da sociedade por meio de mecanismos de engajamento identificados como necessários para subsidiar os processos decisórios na fase de planejamento, levando em consideração os diferentes perfis de partes interessadas.

O PEPI adota como referência princípios e diretrizes para o engajamento, explicitados, entre outros, em normas e boas práticas internacionais aplicáveis, em especial o ESS10 do Banco Mundial e o Espectro de Participação Pública da IAP2 (2018), bem como as diretrizes metodológicas da EPE para o planejamento da seleção de áreas a serem ofertadas para

outorga de direito de uso de bens da União, para o aproveitamento do potencial energético offshore. Parte-se do princípio de que o engajamento deve ser adequado à natureza de cada etapa do planejamento, reconhecendo que diferentes momentos demandam distintos níveis de interação e participação social.

A estratégia de engajamento foi estruturada a partir das macroatividades que compõem as fases de planejamento da fonte e os procedimentos de outorga de direito de uso, conforme ilustrado nas **Figuras 1.1 e 1.2** das fases de desenvolvimento da energia eólica offshore no Brasil. A apresentação por meio de quadros permite visualizar, de forma integrada, quando, como, com quem e com quais finalidades o engajamento deve ocorrer ao longo do processo de planejamento.

A estratégia de engajamento do PEPI estrutura-se a partir de três componentes complementares: (i) os perfis de engajamento das partes interessadas; (ii) os momentos de engajamento; e (iii) os mecanismos e ferramentas de engajamento, detalhados nos itens a seguir.

1.2 FASES DE DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA EÓLICA OFFSHORE NO BRASIL

O desenvolvimento da energia eólica offshore no Brasil ocorre de forma faseada, envolvendo atividades distintas, arranjos institucionais específicos e diferentes níveis de definição territorial e técnica ao longo do processo. Para fins deste Plano, consideram-se três fases principais: (i) fase de planejamento, (ii) fase de outorga de direito de uso e (iii) fase de empreendimento.

A **Figura 1.1** distingue o escopo do Plano de Engajamento de Partes Interessadas para o Planejamento da Eólica Offshore no Brasil (PEPI), apresentado neste volume, e do Roteiro de Engajamento para Empreendimentos de Eólica Offshore no Brasil, a ser apresentado no Volume III, enquanto a **Figura 1.2** apresenta essas fases e suas principais atividades, enquanto a

Por sua vez, as etapas posteriores, relativas à fase de empreendimento, quando há definição de localização, características técnicas e área de influência dos projetos, são tratadas no Roteiro de Engajamento, documento complementar que aborda o engajamento ao longo do ciclo de vida dos empreendimentos.

Nesse contexto, os momentos de engajamento definidos neste Plano estão associados às atividades da fase de planejamento da fonte e aos marcos decisórios dos procedimentos de outorga de direito de uso, orientando a disseminação de informações, a coleta de contribuições e a incorporação de diferentes perspectivas no processo decisório.

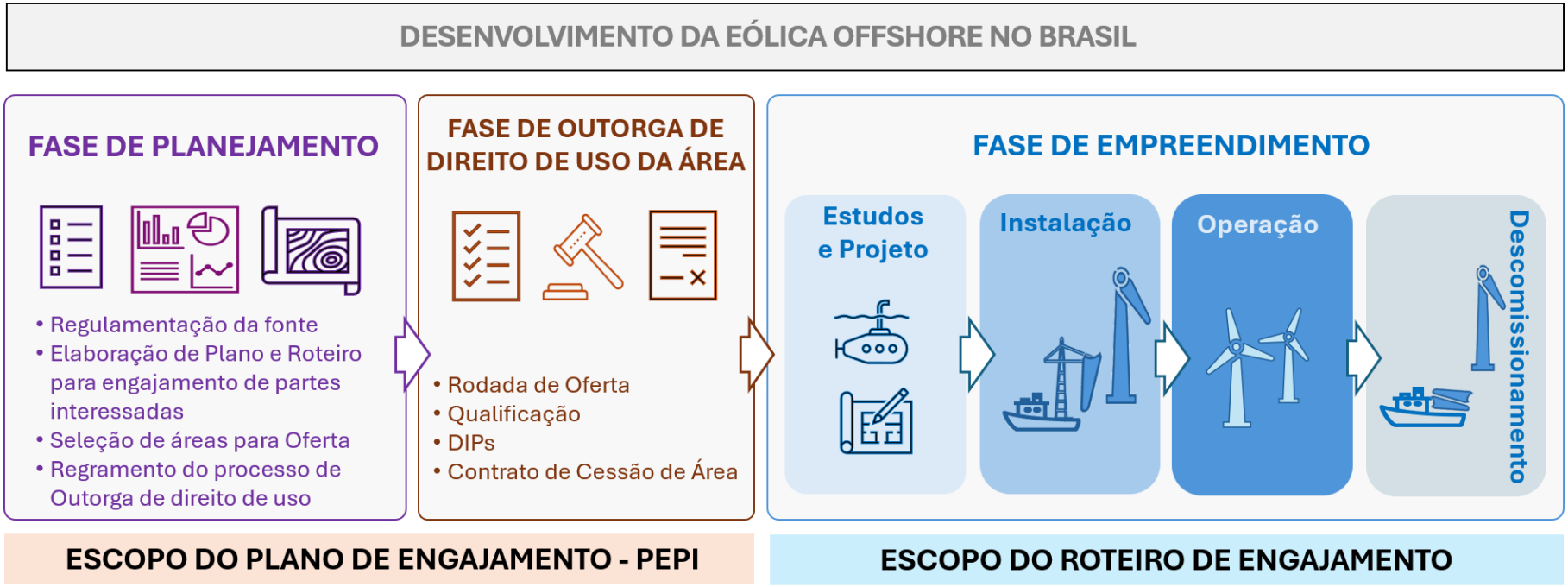


Figura 1.1: Fases do desenvolvimento da energia eólica offshore no Brasil e escopo do engajamento. Fonte: EPE, 2025.

Fase de planejamento	**Regulamentação da fonte:** publicação de Decreto em regulamentação à Lei 15.097/2025; publicação de Resoluções CNPE e outros normativos.
	Elaboração de Plano e Roteiro para engajamento de partes interessadas: Plano de engajamento para a fase de planejamento e Roteiro para o engajamento na fase de empreendimento.
	Seleção de áreas para Oferta: discussão e aplicação da metodologia de seleção de áreas elaborada pela EPE, incluindo o mapeamento de sensibilidades socioambientais.
	Regramento do processo de outorga de direito de uso: publicação de normativos e editais específicos sobre os procedimentos de oferta de área e cessão de uso de bens da União.
Fase de outorga de direito de uso da área	**Rodada de Oferta:** um ciclo de procedimentos de oferta de áreas (Oferta permanente ou Oferta planejada) para cessão de uso.
	Qualificação: processo de verificação do atendimento às condições técnicas, jurídicas e econômico-financeiras, pré-estabelecidas, a serem cumpridas pelos interessados no aproveitamento das áreas ofertadas. (de acordo com a Lei).
	DIPs: Emissão das Declarações de Interferência Prévia pelas instituições previamente indicadas em regulamento.
	Contrato de cessão: contrato administrativo, por prazo determinado, firmado entre a União e o interessado no uso de área *offshore* para exploração de geração de energia elétrica.
Fase de empreedimento	**Estudos e projeto:** desenvolvimento do projeto - levantamentos geofísicos, geotécnicos e meteoceanográficos, obtenção de financiamento, definição da cadeia de suprimentos, estudos socioambientais, licenciamento ambiental, projeto de engenharia
	Instalação: instalação de aerogeradores, cabeamento e subestações, relatórios ambientais
	Operação: operação e manutenção (O&M), cumprimento de condicionantes socioambientais
	Descomissionamento: remoção dos componentes, cumprimento do plano de descomissionamento

Figura 1.2: Descrição das fases do desenvolvimento da energia eólica offshore no Brasil. Fonte: EPE, 2025.

As fases apresentadas na **Figura 1.2** articulam-se com outros instrumentos, processos e estudos que subsidiam o desenvolvimento da energia eólica offshore no Brasil, incluindo o Planejamento Espacial Marinho (PEM) e os procedimentos regulatórios aplicáveis. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo orientar o engajamento de partes interessadas nas atividades associados ao planejamento setorial da eólica offshore. A metodologia para seleção de áreas para oferta e cessão é uma destas atividades, que inclui o mapeamento de sensibilidades e o engajamento de atores estratégicos.

Os momentos, mecanimos e ferramentas de engajamento indicados pelo presente estudos para as atividades do planejamento da eólica offshore, são apresentadas no item 1.4.

1.3 PERFIS DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Para orientar estratégias de interação ao longo da fase de planejamento da energia eólica offshore no Brasil, é importante conhecer os diferentes perfis de partes interessadas. Esses perfis foram obtidos a partir da integração dos critérios influência e percepção em relação ao desenvolvimento da eólica offshore no Brasil. O grau de influência indica a capacidade da parte interessada influenciar decisões e percepções sobre a fonte eólica offshore no Brasil. Foram estabelecidos os níveis de baixo, médio e alto grau de influência e quanto menor o grau de influência, menor a capacidade institucional de influenciar e tomar decisões no contexto atual de planejamento da fonte eólica offshore. O critério de percepção corresponde ao posicionamento manifestado em relação ao setor e é classificado como positivo, negativo ou neutro/indeterminado.

Conforme apresentado no Volume I - Fundamentos do Engajamento e Diagnóstico de Partes Interessadas, as partes interessadas entrevistadas foram classificadas segundo esses critérios o que permitiu compreender os cinco diferentes perfis de engajamento definidos nesse estudo. Por extrapolação, assume-se que as demais partes interessadas mapeadas (e não entrevistadas), tendem a ter comportamento semelhante aos perfis analisados, apesar de variações em função da dinâmica social e particularidades culturais, institucionais e políticas vigentes.

Com base nessa análise, foram definidos cinco perfis de engajamento: apoiadores, colaboradores estratégicos, discordantes, interlocutores críticos, e público difuso.

Cada perfil reflete diferentes combinações de influência, percepção e capacidade de incidência sobre o planejamento da fonte e, por consequência, demanda abordagens diferenciadas de engajamento.

- ✓ **Colaboradores:** correspondem a partes interessadas com média ou alta influência e percepção positiva.
- ✓ **Apoiadores:** incluem partes interessadas com baixa influência e percepção positiva sobre a eólica offshore.
- ✓ **Atores com percepção neutra ou indeterminada:** reúne partes interessadas com percepção neutra ou indeterminada.

- ✓ **Discordantes:** grupo de partes interessadas com baixa influência e percepção negativa.
- ✓ **Contestadores:** abrangem partes interessadas com média ou alta influência e percepção negativa.

Os resultados da análise de influência e percepção indicam que no grupo de apoiadores há predominância de instituições da governança marítima e portuária e de desenvolvedores e operadores.

Os colaboradores estratégicos possuem predominância de partes interessadas dos setores de energia e infraestrutura.

Os discordantes correspondem a representantes da sociedade civil organizada e movimentos sociais, do turismo, comércio e serviços e órgãos reguladores e governamentais que tratam de temas ambientais e sociais.

Já os interlocutores críticos são oriundos do setor de conservação da biodiversidade costeira e marinha e órgãos reguladores e governamentais.

Diante da fase de planejamento da fonte e de estudos em elaboração, o perfil público neutro ou indeterminado é expressivo.

Nesse sentido, diante dos perfis identificados, para cada ação de engajamento (**Tabela 1.2**), deverão ser observados objetivos estratégicos, considerando o escopo e especificidades de engajamento na fase de planejamento da fonte eólica offshore, conforme **Tabela 1.1**.

Tabela 1.1: Perfis de engajamento e objetivos estratégicos associados.

Perfil de engajamento	Objetivo Estratégico
Colaboradores (*média* ou *alta influência + percepção positiva)*	Manter parcerias e atividades de colaboração
Apoiadores *(baixa influência + percepção positiva)*	Manter o apoio e preservar a percepção positiva
Atores com percepção neutra ou indeterminada	Monitorar mudança de pontos de vista e expectativas explicitados em discursos, eventos, manifestos e comunicados oficiais.
Discordantes (*baixa influência + percepção negativa)*	Identificar e analisar tensões e conflitos.
Contestadores (*média ou alta influência + percepção negativa)*	Monitorar conflitos e judicializações e implementar ações de gestão.

Como estratégias adicionais a serem adotadas para todos os perfis, recomenda-se:

- ✓ intensificar a disseminação de informações qualificadas,
- ✓ reforçar o cuidado com as formas de diálogo,
- ✓ checar se as informações estão sendo devidamente compreendidas,
- ✓ utilizar ferramentas participativas que minimizem ruídos de comunicação e possibilitem igualdade de oportunidades de fala e exposição de pontos de vista,
- ✓ metodologias participativas e de facilitação ao diálogo entre as partes.

Note-se ainda que esses perfis são tendências de comportamento e que poderão ocorrer variações em relação às percepções das partes interessadas sobre a fonte eólica offshore. Os perfis ajudam a compreensão de alguns padrões e tendências, mas as partes interessadas que operam tais padrões passam por mudanças ao longo do tempo, especialmente quando se considera a escala de planejamento. Dessa forma, é importante o acompanhamento de tais tendências e adequação de estratégias de engajamento no desenvolvimento da fonte eólica offshore. Isso significa que a composição dos perfis deve ser revista ao longo do processo de planejamento, em função da evolução das percepções, do acesso à informação

e da dinâmica sociopolítica, devendo sempre ser considerados de forma articulada aos momentos de engajamento descritos neste Plano.

1.4 MOMENTOS, MECANISMOS E FERRAMENTAS DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS NA FASE DE PLANEJAMENTO DA ENERGIA EÓLICA OFFSHORE NO BRASIL

Este item apresenta os Momentos, os Mecanismos e Ferramentas previstos para o engajamento na fase de planejamento da energia eólica offshore no Brasil. A **Figura 1.3** apresenta a estrutura adotada para o engajamento, organizada em cinco componentes: (i) momentos de engajamento, (ii) mecanismos de engajamento, (iii) ferramentas de engajamento, (iv) instrumentos de engajamento (quando aplicável) e (v) evidências de engajamento, indicando, de forma sintética, o papel de cada componente, seu contexto de aplicação e exemplos associados.

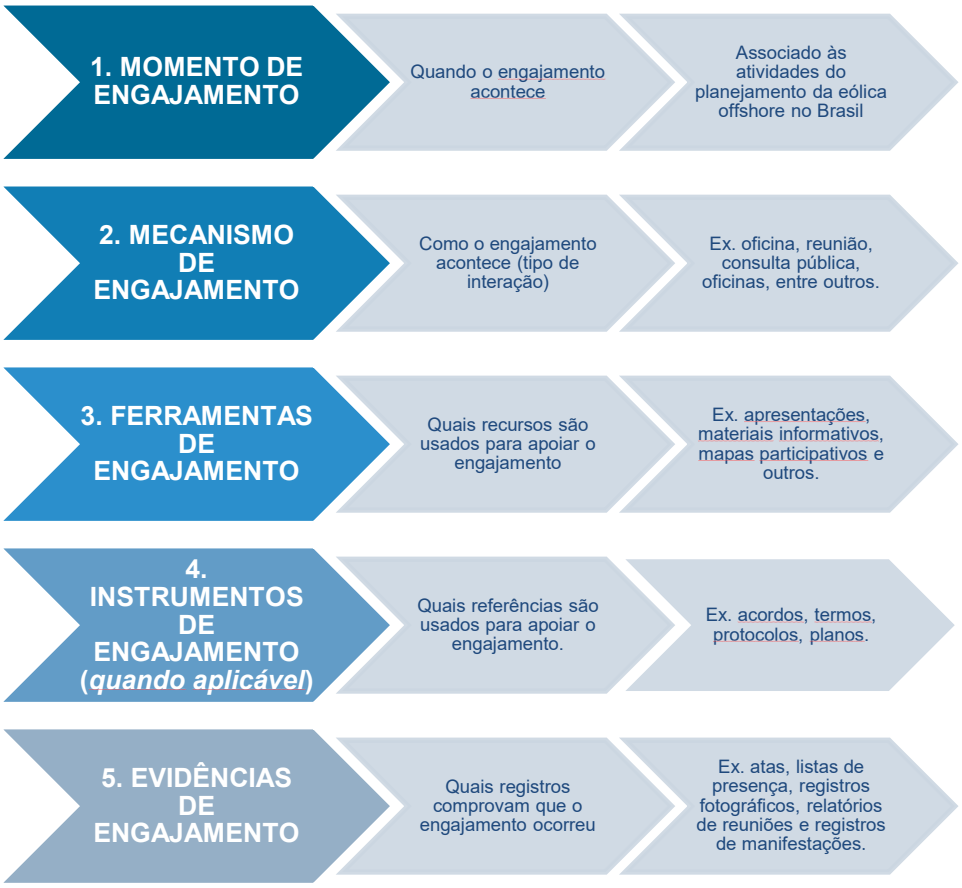


Figura 1.3: Estrutura dos Momentos, Mecanismos, Ferramentas, Instrumentos e Evidências de Engajamento de Partes Interessadas.

A operacionalização dessas ações é apresentada de maneira detalhada na **Tabela 1.2: Momentos de engajamento na fase de planejamento da eólica offshore**, organizada por macroatividades do planejamento da fonte e dos procedimentos de outorga de direito de uso.

Cabe reforçar que o PEPI trata somente da fase de planejamento da fonte eólica offshore. As etapas posteriores ao leilão, que compreendem processos contínuos de engajamento e gestão de impactos ao longo do ciclo de vida dos empreendimentos, serão abordadas no Roteiro de Engajamento para Empreendimentos de Eólica Offshore no Brasil, apresentado em um volume específico.

Os níveis de engajamento "Informar", "Consultar", "Envolver", "Colaborar" e "Empoderar" seguem as definições apresentadas no Volume I – Fundamentos do Engajamento e Diagnóstico de Partes Interessadas, com base na Figura 2.1 – Níveis de Engajamento (adaptado do IAP2 Public Participation Spectrum, 2018), sendo:

- ✓ **Informar:** fornecer informações objetivas, acessíveis e tempestivas para ampliar a compreensão sobre o tema, o processo e as decisões em curso.
- ✓ **Consultar:** obter opiniões, percepções e contribuições das partes interessadas sobre temas, propostas ou decisões em análise.
- ✓ **Envolver:** trabalhar diretamente com as partes interessadas ao longo do processo para compreender suas preocupações, expectativas e perspectivas.
- ✓ **Colaborar:** desenvolver conjuntamente alternativas, recomendações ou soluções, incorporando de forma mais direta as contribuições das partes interessadas.
- ✓ **Empoderar:** atribuir às partes interessadas papel decisório sobre determinado tema ou processo, respeitados os limites institucionais e legais aplicáveis.

Ressalta-se que, considerando o escopo institucional da fase de planejamento da energia eólica offshore, os mecanismos previstos neste PEPI concentram-se predominantemente nos níveis Informar, Consultar, Envolver e Colaborar.

Cada Momento ativa combinações dos níveis: Informar, Consultar, Envolver e Colaborar, dependendo do escopo do engajamento em cada etapa do planejamento da energia eólica offshore, da necessidade de disseminação de informação qualificada, da competência institucional na tomada de decisões, e da estratégia associada aos perfis de engajamento identificados.

Independentemente do Momento, é fundamental assegurar informação qualificada acessível e adequada a todas as partes interessadas, por meio de ferramentas de comunicação, como boletins, portal e comunicados oficiais. Esse fluxo contínuo de comunicação e disponibilização de informações contribui para a previsibilidade institucional, reduz assimetrias de conhecimento e sustenta a busca pelo diálogo qualificado e necessário ao processo de engajamento.

Acrescenta-se aos mecanismos de informação apresentados na tabela seguinte o e-Sic (sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão)[1], que é uma ferramenta virtual que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, solicitar acesso a informações públicas de órgãos do governo. Ele centraliza o envio de pedidos, acompanhamento de prazos, recursos e recebimento de respostas, com base na Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei 12.527/2011). Esse mecanismo de informação não está incluído na tabela, pois possui caráter permanente, podendo ser utilizado a qualquer momento e em qualquer etapa integrante da fase de planejamento.

****

[1] https://www.gov.br/abin/pt-br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao

Tabela 1.2: Momentos de engajamento na fase de planejamento da eólica offshore.

Macroatividade	Atividade/Momento do Engajamento	Objetivo do engajamento	Nível de engajamento IAP2	Partes interessadas	Mecanismos	Ferramentas	Registro/ Evidências	Responsáveis pelo engajamento	Status e Links
Regulamentação da fonte	Capacitação	Nivelamento de conhecimentos para subsidiar a discussão da regulamentação	Informar	GT Eólicas Offshore e convidados	Reuniões, Workshops e Missões técnicas	Teams, Zoom	Atas, Apresentações, Ofícios, Mensagens	MME, em colaboração com especialistas técnicos nacionais e internacionais	Realizadas Página na internet do GT Eólicas Offshore (MME)
	Estabelecimento de normativos	Elaboração de Decreto, Portaria, Resoluções e Normas	Colaborar	GT Eólicas Offshore	Reuniões Comunicação assíncrona	Teams, SEI e-mail institucional	Atas, Apresentações, Ofícios, Mensagens	MME	Em andamento no momento da publicação do presente estudo.
Elaboração do Plano e Roteiro de engajamento de partes interessadas	Entrevistas	Colher informações sobre as partes interessadas (interesse, percepção, influência e vulnerabilidade, entre outras)	Consultar	Partes interessadas pré-identificadas	Entrevistas presenciais e on-line	Google Meet	Gravações das reuniões*[2] Material informativo (arquivo das apresentações e factsheet)	MME, EPE, Banco Mundial, Rina	Realizadas
	Consulta pública	Recolhimento de contribuições para as versões preliminares do Plano e do Roteiro de engajamento de partes interessadas	Consultar	Público em geral	Webinar Consulta on-line	Youtube Página de Consultas Públicas no site do MME Site Brasil Participativo	Plano e Roteiro de engajamento de partes interessadas – versões anterior e posterior à CP	MME, EPE, Banco Mundial, Rina	Realizada https://www.youtube.com/live/w9F2t6veVBw?si=sk-0h1a3IDWv1KwD
Discussão da metodologia EPE de Seleção de áreas para oferta	Discussão com o GT Eólicas Offshore	Recolhimento de contribuições à proposta de metodologia apresentada pela EPE	Colaborar	GT Eólicas Offshore	Oficinas Reuniões com grupos focais Comunicação assíncrona	Teams E-mail SEI	Arquivos das apresentações Ofícios Mensagens	MME, EPE	Realizada
	Consulta pública	Recolhimento de contribuições à proposta de metodologia apresentada pela EPE	Consultar	Público em geral	Webinar Consulta on-line	Página de Consultas Públicas no site do MME Site Brasil Participativo Youtube	Nota técnica EPE – versões anterior e posterior à CP	MME, EPE	Realizada https://www.youtube.com/live/ihGquqGynw0?si=HRh6mORgc5LT_Dsy
Aplicação da metodologia EPE de Seleção de áreas para oferta	Identificação de critérios para a Etapa 1	Identificação de restrições legais	Colaborar	GT Eólicas Offshore e outros atores institucionais	Reuniões Comunicação assíncrona	Teams SEI e-mail institucional	Ofícios Mensagens	MME, EPE	-
	Critérios e limites tecnológicos e econômicos	Recolhimento de contribuições técnicas	Envolver	Empresas especializadas	Oficinas	Teams e-mail	Mensagens	MME, EPE	-

****

[2] Quando autorizado pelos participantes.

Macroatividade	Atividade/Momento do Engajamento	Objetivo do engajamento	Nível de engajamento IAP2	Partes interessadas	Mecanismos	Ferramentas	Registro/ Evidências	Responsáveis pelo engajamento	Status e Links
Aplicação da metodologia EPE de Seleção de áreas para oferta	Mapeamento de sensibilidades* extremas (insumos para a Etapa 2)	Reunião de kick-off com o GT Eólicas Offshore	Colaborar	GT Eólicas Offshore	Reuniões Comunicação assíncrona	Teams SEI e-mail institucional	Ofícios Mensagens Arquivo de apresentação	MME, EPE, Banco Mundial, Consultoria contratada*	-
	Mapeamento de sensibilidades* extremas (insumos para a Etapa 2)	Rodada 1 de engajamento - apresentar e discutir as versões preliminares dos mapas dos atributos e suas respectivas pontuações de sensibilidade	Colaborar	GT Eólicas Offshore	Reuniões com grupos focais presenciais e on-line	Apresentações Material informativo	Fotos Arquivos das apresentações e do material informativo	MME, EPE, Banco Mundial, Consultoria contratada*	-
	Mapeamento de sensibilidades* extremas (insumos para a Etapa 2)	Rodada 1 de engajamento - apresentar e discutir as versões preliminares dos mapas dos atributos e suas respectivas pontuações de sensibilidade	Envolver	Órgãos ambientais e setoriais federais e estaduais Instituições acadêmicas e científicas com atuação costeira e marinha Representações de povos indígenas e comunidades tradicionais Organizações da sociedade civil socioambiental Setores usuários do espaço marinho (pesca, navegação, portos, turismo)	Reuniões bilaterais presenciais e on-line	Apresentações Material informativo	Fotos Arquivos das apresentações e do material informativo	MME, EPE, Banco Mundial, Consultoria contratada[3]*	--
	Consolidação do Mapeamento de Sensibilidades* (insumo para a Etapa 3)	Rodada 2 de engajamento - discutir os mapas dos atributos e a pontuação dos atributos de forma comparativa	Colaborar	GT Eólicas Offshore	Reuniões Comunicação assíncrona	Teams SEI e-mail institucional	Ofícios Mensagens	MME, EPE, Banco Mundial, Consultoria contratada*	-
	Consolidação do Mapeamento de Sensibilidades* (insumo para a Etapa 3)	Rodada 2 de engajamento - discutir os mapas dos atributos e a pontuação dos atributos de forma comparativa	Envolver	Órgãos ambientais e setoriais federais e estaduais Instituições acadêmicas e científicas com atuação costeira e marinha Representações de povos indígenas e comunidades tradicionais	Reuniões multilaterais (oficinas)	Apresentações Dinâmicas de discussão Material informativo	Fotos Arquivos do material informativo Anotações das dinâmicas	MME, EPE, Banco Mundial, Consultoria contratada*	-

****

[3] Consultoria contratada para realização de estudo de mapeamento de sensibilidades pelo Banco Mundial.

Macroatividade	Atividade/Momento do Engajamento	Objetivo do engajamento	Nível de engajamento IAP2	Partes interessadas	Mecanismos	Ferramentas	Registro/ Evidências	Responsáveis pelo engajamento	Status e Links
				Organizações da sociedade civil socioambiental Setores usuários do espaço marinho (pesca, navegação, portos, turismo)					
	Consolidação do Mapeamento de Sensibilidades* (insumo para a Etapa 3)	Consulta pública	Consultar	Público em geral	Videocast Webinar Consulta on-line	Página de Consultas Públicas no site do MME Site Brasil Participativo Youtube Instagram Site da EPE Factsheet Vídeo	Mapeamento de sensibilidades – versões anterior e posterior à CP Arquivos do Material Informativo (incluindo mapas)	MME, EPE, Banco Mundial, Consultoria contratada*	-
	Atividades de Discussão dos Setores para Oferta preliminares	Apresentação e recolhimento de contribuições	Consultar	Representantes da sociedade civil	Reuniões informativas, Oficinas de Direitos Sociais e Oficinas de Educação Energética	Apresentações Dinâmicas de discussão Banners e faixas Factsheet	Fotos Arquivos do material informativo Anotações das dinâmicas	MME, EPE	
Aplicação da metodologia EPE de Seleção de áreas para oferta	Atividades de Discussão dos Setores para Oferta preliminares	Apresentação e recolhimento de contribuições	Consultar	Público em geral	Consulta pública on-line	Página de Consultas Públicas no site do MME Site Brasil Participativo	Setores para Oferta – versões anterior e posterior à CP Arquivos do Material Informativo	MME, EPE	-
Preparação da Oferta de Áreas	Estabelecimento de critérios para o regramento da outorga de direito de uso	Recolhimento de contribuições para os critérios dos procedimentos de oferta e de cessão	Colaborar	Aneel, MME, EPE e GT Eólicas Offshore	Reuniões Comunicação assíncrona	Teams SEI e-mail institucional		MME, EPE	-
	Estabelecimento de critérios para o regramento da outorga de direito de uso	Recolhimento de contribuições para os critérios dos procedimentos de oferta e de cessão	Envolver	Empreendedores, consultorias, empresas da cadeia de suprimentos, cadeia de infraestruturas (portos etc.)	Reuniões	Apresentações Material informativo	Arquivos das Apresentações e do Material Informativo	MME, EPE	-
	Consulta pública do regramento	Recolhimento de contribuições para a minuta do edital	Consultar	Público em geral	Consulta pública on-line	Página de Consultas Públicas no site do MME Site Brasil Participativo	Regramento para outorga de direito de uso – versões anterior e posterior à CP Arquivos do Material Informativo	MME, Aneel	-

Macroatividade	Atividade/Momento do Engajamento	Objetivo do engajamento	Nível de engajamento IAP2	Partes interessadas	Mecanismos	Ferramentas	Registro/ Evidências	Responsáveis pelo engajamento	Status e Links
Publicidade das ações	Atendimento a solicitações de informações	Divulgação contínua	Informar	Público em geral	Lei de Acesso à Informação	e-Sic	Mensagens trocadas	MME, EPE	-
	Transparência ativa	Divulgação contínua	Informar	Público em geral	Lei de Acesso à Informação	Site do GT Eólicas Offshore	Textos e figuras explicativas Atas de reuniões Fotos Notas técnicas Registros das ações de engajamento	MME	Em andamento no momento da publicação do presente estudo.
	Transparência ativa	Divulgação contínua	Informar	Público em geral	Lei de Acesso à Informação	Site EPE	Factsheets Notas técnicas Podcasts Dashboard (Mapas)	EPE	Em andamento no momento da publicação do presente estudo.
Integração do Planejamento Setorial de Eólicas Offshore com o Planejamento Espacial Marinho (PEM)	Alinhamento das diretrizes entre as duas políticas públicas	Nivelar entendimentos entre as equipes	Colaborar	Coordenação do PEM (SECIRM e MMA) + consultorias	Reuniões Comunicação assíncrona	Teams SEI e-mail institucional	Mensagens	EPE MME	Em andamento no momento da publicação do presente estudo.
	Alinhamento das diretrizes entre as duas políticas públicas	Manter as partes interessadas esclarecidas quanto às diferenças e semelhanças entre as duas políticas públicas	Informar	Público em geral	Mecanismos do Mapeamento de Sensibilidades e das Atividades de Discussão dos Setores para Oferta preliminares	Material informativo Figuras Mapas Textos Site da EPE	Arquivos do Material Informativo Notícias	Planejamento setorial: EPE, MME, consultoria do mapeamento de sensibilidades PEM: Coordenação do PEM (SECIRM e MMA) + consultorias	-

Tabela 1.3: Momentos de engajamento na fase de outorga de direito de uso da área para geração eólica offshore.

Macroatividades	Atividade/Momento do Engajamento	Objetivo do engajamento	Nível de engajamento IAP2	Partes interessadas	Mecanismos	Ferramentas	Registro/ Evidências	Responsáveis pelo engajamento	Links e observações
Procedimento de Oferta de Áreas	*Lançamento da rodada*	Apresentação do regramento e esclarecimento de dúvidas	*Informar*	Aneel, EPE, empreendedores, consultorias, empresas da cadeia de suprimentos, cadeia de infraestruturas (portos etc.)	Webinar	Youtube e canais institucionais	Edital	MME, Aneel	
Publicidade das ações	*Transparência ativa*	Divulgação contínua	*Informar*	Público em geral	Disponibilização de informações	Sites Aneel, EPE, MME Podcasts Vídeos	Arquivos	MME, EPE, Aneel	

1.5 TRATAMENTO DOS PONTOS DE ATENÇÃO PARA O ENGAJAMENTO

No **Volume I - Fundamentos do Engajamento e Diagnóstico de Partes Interessadas**, foram apresentados Pontos de Atenção que devem ser observados no processo de engajamento, por representarem fatores que podem comprometer a qualidade do processo participativo, a legitimidade das decisões e a confiança pública no desenvolvimento da fonte. São eles:

- ✓ Assimetrias de informação
- ✓ Desinformação e disputa narrativa
- ✓ Representatividade insuficiente de grupos vulnerabilizados
- ✓ Histórico de conflitos socioambientais no litoral brasileiro
- ✓ Capacidade institucional assimétrica
- ✓ Incertezas sobre processos de consulta
- ✓ Implicações sobre as atividades econômicas.

Para o tratamento dos pontos de atenção, devem ser considerados os Princípios e Diretrizes gerais do engajamento (apresentados no Volume I).

Os Pontos de Atenção identificados podem ser mitigados com o fornecimento de informação qualificada em linguagem simples e ilustrada para as partes interessadas, de modo a estimular um debate instruído na sociedade em geral.

Mecanismos e ferramentas de informação devem ser implementadas desde o início do desenvolvimento da eólica offshore no Brasil e, mais especificamente, nos momentos de engajamento indicados no PEPI. Informações sobre as fases de planejamento, outorga de direito de uso e de empreendimento, sobre as estruturas e aspectos construtivos da eólica offshore e sobre como o processo de planejamento tem sido conduzido podem contribuir para reduzir assimetrias de informação, combater processos de desinformação, qualificar o debate público e alinhar expectativas sobre o desenvolvimento da atividade. Embora a disponibilização de informações, por si só, não seja suficiente para eliminar conflitos socioambientais preexistentes ou superar fatores históricos e estruturais que influenciam as percepções dos diferentes grupos sociais, a transparência, a comunicação contínua e o acesso à informação constituem elementos importantes para fortalecer a confiança, reduzir

incertezas e favorecer processos de diálogo mais qualificados.Para lidar com o Ponto de Atenção “Representatividade insuficiente de grupos vulnerabilizados”, deve-se realizar esforço para dar condições para que representantes desses grupos possam participar de maneira qualificada dos momentos previstos para participação social no planejamento e, futuramente, no âmbito dos empreendimentos.

1.6 COMUNICAÇÃO

A comunicação com as partes interessadas constitui um eixo estruturante do PEPI, baseada na disponibilização contínua, qualificada e acessível de informações ao longo de toda a fase de planejamento da energia eólica offshore no Brasil.

Essa abordagem orienta-se pelo uso de mecanismos e ferramentas institucionais já existentes no âmbito do Governo Federal, os quais são mobilizados de forma articulada aos momentos de engajamento definidos neste Plano. A sistematização desses mecanismos e ferramentas, conforme macroatividades, atividades e momentos de engajamento, é apresentada na **Tabela 1.2.**

Em consonância com boas práticas internacionais, a comunicação deve ser prévia, contínua e proporcional ao estágio do processo decisório, contribuindo para a transparência, a redução de assimetrias de informação e a qualificação do diálogo com as partes interessadas. Mesmo em fases iniciais, a divulgação de informações claras e tecnicamente consistentes favorece o alinhamento de expectativas e a previsibilidade institucional.

Nesse contexto, o PEPI estrutura-se sobre uma lógica de comunicação permanente ao longo da fase de planejamento e dos procedimentos de outorga do direito de uso.

A produção de material informativo deve acompanhar as macroatividades do processo de planejamento e assegurando que, em cada etapa, sejam comunicados de forma clara:

- o que está sendo realizado;
- o que está sendo discutido ou analisado;
- o que já foi definido;
- o que ainda não está definido;
- e quais são os próximos passos.

É importante que as informações fornecidas sejam claras e proporcionais ao estágio do processo, para evitar interpretações equivocadas e permitir o entendimento das diferentes fases do desenvolvimento da eólica offshore no Brasil, em especial das diferenças entre planejamento e implantação de empreendimentos.

Para garantir que as informações alcancem efetivamente os diferentes públicos, devem ser consideradas as condições específicas de cada grupo de partes interessadas, incluindo aspectos como linguagem, formato e nível de familiaridade com o tema.

Considerando a necessidade de ampla disseminação e atualização contínua das informações nesta fase, recomenda-se a priorização de formatos digitais, como páginas institucionais, redes sociais e boletins informativos digitais.

Os materiais de comunicação produzidos no âmbito do PEPI serão elaborados pelo MME, com apoio técnico da EPE, buscando assegurar informações claras, consistentes e alinhadas ao estágio do processo de planejamento. Recomenda-se que esses materiais sejam amplamente disseminados pelos membros do GT Eólicas Offshore, por instituições públicas, organizações da sociedade civil, entidades representativas e demais partes interessadas, de forma a ampliar o alcance das informações e contribuir para a redução de assimetrias de informação.

O PEPI prevê estratégias específicas para a comunicação com povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

A adoção de uma comunicação simples, direta, e social e culturalmente adequada é considerada essencial para lidar com expectativas, desinformação e mal-entendidos, especialmente em um contexto no qual o diagnóstico social identificou cenários de tensão pré-existentes e históricos de conflitos associados a outros empreendimentos de infraestrutura costeira e marinha, como projetos de eólica onshore, portos e atividades de petróleo e gás. Nesse sentido, a comunicação assume papel estratégico na redução de inseguranças e na construção de maior previsibilidade e confiança no processo de planejamento da fonte eólica offshore.

Em consonância com os princípios da Convenção nº 169 da OIT, esta etapa prioriza a disponibilização de informações qualificadas, acessíveis e culturalmente adequadas, bem como mecanismos de diálogo e participação compatíveis com o nível de definição disponível em cada fase do processo.

Embora esta etapa não configure a realização dos procedimentos formais de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), entende-se que a informação prévia e a participação ao longo do planejamento constituem elementos fundamentais para a construção das condições necessárias aos processos de consulta que venham a ser aplicáveis em etapas posteriores, quando houver maior definição territorial e identificação dos grupos potencialmente afetados.

As ações previstas e os instrumentos de comunicação associados a esse esforço estão detalhados no **Apêndice A – Estratégias de Comunicação para Povos** Indígenas, Quilombolas, Comunidades Pesqueiras e Tradicionais, que integra o presente Plano de Engajamento de Partes Interessadas.

1.7 GESTÃO DO PLANO

1.7.1 Papéis e Responsabilidades

A gestão do PEPI deve ser liderada pelo MME, com apoio técnico da EPE. Já na fase de outorga de direito de uso para aproveitamento de potencial de geração de energia eólica offshore, a liderança das ações ficará a cargo da Aneel, sob supervisão do MME.

Deve estruturar-se em dois níveis: (i) coordenação, executada pelo MME e EPE e (ii) colaboração interinstitucional (GT Eólicas Offshore, instituições colaboradoras e convidadas).

1.7.1.1 Coordenação

O MME e a EPE são responsáveis por coordenar a implementação do PEPI, buscando assegurar que todos os órgãos federais envolvidos atuem de forma integrada e alinhada às etapas previstas neste Plano.

As atribuições recomendadas incluem:

- ✓ Harmonizar fluxos de comunicação entre diferentes setores governamentais;
- ✓ Consolidar informações produzidas durante as atividades de engajamento;
- ✓ Garantir transparência, rastreabilidade e publicidade das ações;
- ✓ Produzir e divulgar informações institucionais, assegurando que a sociedade receba conteúdos corretos, atualizados e verificáveis sobre o planejamento da energia eólica offshore.

- ✓ Gerir os canais institucionais de comunicação e de registro de manifestações, assegurando o acolhimento, o registro sistemático e a resposta adequada às demandas, reclamações e contribuições da sociedade, em conformidade com os mecanismos e ferramentas de engajamento previstos neste PEPI.

1.7.1.2 Colaboração

A implementação do PEPI conta com a colaboração das instituições integrantes do Grupo de Trabalho Eólicas Offshore (GTEO), bem como de instituições convidadas, no âmbito de suas competências legais e técnicas. Essa atuação tem caráter colaborativo e complementar à coordenação exercida pelo MME e pela EPE, não implicando delegação de responsabilidades decisórias ou de gestão do Plano.

A colaboração do GTEO consiste em apoio técnico, sobretudo às atividades de regulamentação da fonte eólica offshore e de aplicação da metodologia de seleção de áreas da EPE, em especial no que diz respeito ao mapeamento de sensibilidades ambientais e socioeconômicas. Além do seu papel de colaboração técnica, as instituições que compõem o GTEO figuram também como partes interessadas no contexto do PEPI.

1.7.2 Execução do Plano

A execução do PEPI estrutura-se a partir de um fluxo operacional, que orienta a implementação das ações de engajamento alinhada a este Plano. Esse esquema (**Figura 1.4**) articula os diferentes elementos que compõem o processo de engajamento, incluindo objetivos, perfis de engajamento, níveis de engajamento e mecanismos aplicáveis.

Para execução do PEPI, deverão ser seguidos os seguintes passos:

1. MME e EPE selecionam a Atividade/Momento que requer engajamento, dentre aquelas listadas na **Tabela 1.2**.
2. MME e EPE identificam e articulam com o responsável pelo engajamento no âmbito da Atividade selecionada;
3. Responsável pelo engajamento observa o Objetivo, verifica o Nível de Engajamento requerido e as Partes Interessadas;
4. Responsável pelo engajamento considera os prováveis Perfis de Engajamento (**Seção 1.2**) e a estratégia requerida;

5. Responsável pelo engajamento observam o Tratamento dos Pontos de Atenção (**Seção 1.5**);
6. Responsável pelo engajamento prepara os Mecanismos e respectivas Ferramentas;
7. Responsável pelo engajamento executa o engajamento, coletando Registro/Evidências indicados na **Tabela 1.2**.

A **Figura 1.4** apresenta, de forma esquemática a execução do PEPI, indicando as etapas e responsabilidades envolvidas na operacionalização das ações de engajamento.

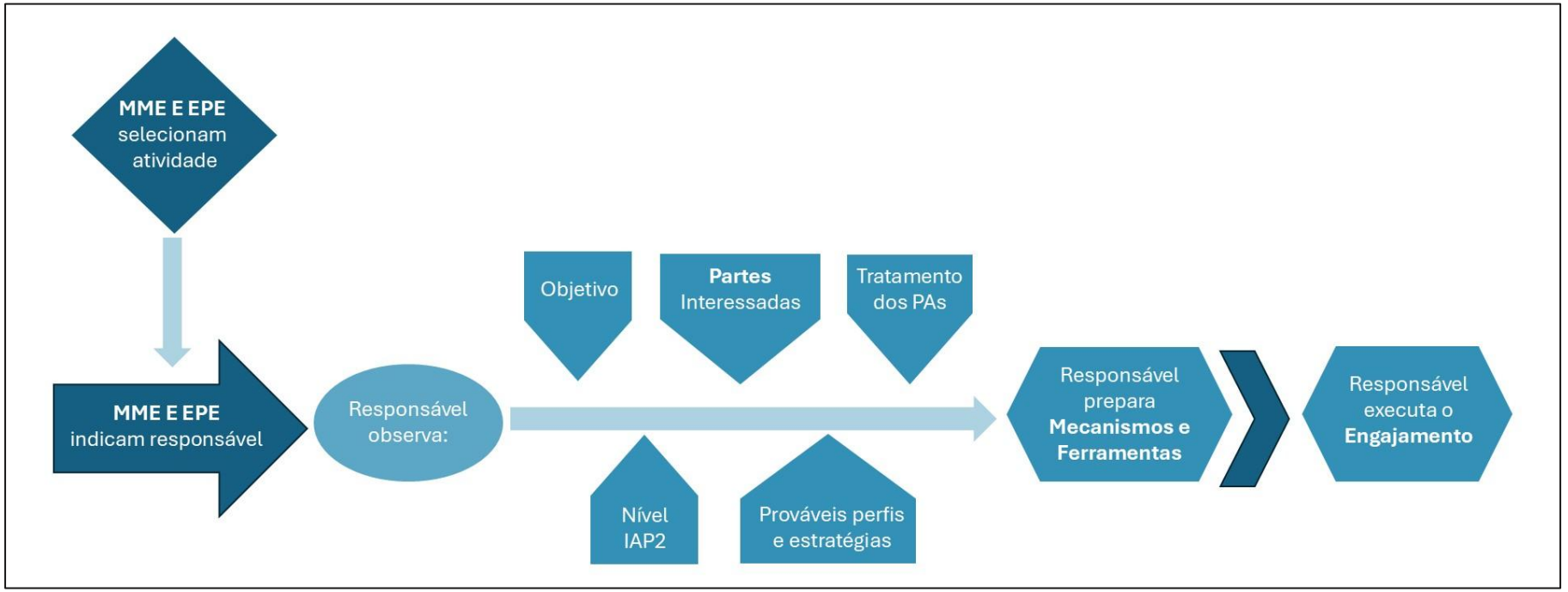


Figura 1.4: Esquema de execução do PEPI (EPE, 2026).

1.7.3 Gestão Adaptativa

O modelo de gestão proposto para o PEPI é o de gestão adaptativa, que busca um processo contínuo e sistemático de planejamento das ações, bem como o acompanhamento e avaliação de seus resultados. Isso permite que seja possível identificar e ajustar estratégias de acordo com o escopo do plano. Dessa forma, a coordenação do PEPI deverá acompanhar o andamento das ações de engajamento, o que possibilitará a gestão adaptativa do plano.

A coordenação do PEPI irá elaborar relatórios anuais de balanço dos resultados das ações de engajamento, contendo as atividades de monitoramento e avaliação detalhadas na **Tabela 1.4.**

Tabela 1.4: Indicadores de Monitoramento e Avaliação do PEPI.

Indicador	Evidências
Andamento das Ações	Síntese das ações realizadas (número de eventos e materiais informativos distribuído/divulgado);
	Compilação dos registros/evidências dos Momentos de engajamento na fase de planejamento da eólica offshore (tabela 1.2) e dos Momentos de engajamento na fase de outorga de direito de uso para aproveitamento de geração de energia elétrica offshore.
Representatividade Institucional Engajada	Lista de instituições participantes, agrupadas por grupo temático e macrorregião, por evento;
Contribuições Recebidas por Canal de Acesso à Informação	Análise das contribuições por canal (SEI, e-Sic, consulta pública, reunião informativa, oficina etc): número de contribuições e temas recorrentes;
Mapeamento de Dúvidas, Percepções e Preocupações	Quantidade e tipologia de dúvidas, percepções e preocupações manifestadas;
Encaminhamento de Demandas	Encaminhamento das demandas às instituições responsáveis;
Identificação de Tendências e Lacunas Comunicacionais	Identificação de tendências e lacunas comunicacionais

Indicador	Evidências
Recomendações de Aprimoramento	Recomendações de aprimoramento
Disseminação de Informação Qualificada	Publicação de Boletim Informativo Factsheet Instagram EPE e MME

1.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) organiza, de forma objetiva, os momentos, os mecanismos e as ferramentas de engajamento a serem adotados ao longo da fase de planejamento da energia eólica offshore no Brasil, traduzindo os resultados do mapeamento e da estratégia de engajamento em um arranjo operacional compatível com este estágio do processo decisório.

Conforme indicado na **Tabela 1.2** de planejamento do engajamento, esta etapa é caracterizada por maior participação por meio de instâncias técnicas e institucionais já estabelecidas, em especial por meio da coordenação conduzida pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e no âmbito do GT Eólicas Offshore. Essas instâncias exercem papel central na representação do interesse público e na incorporação de dimensões ambientais e socioeconômicas ao planejamento setorial.

Nesse contexto, o PEPI prioriza o uso e o fortalecimento de ferramentas e canais já existentes, como reuniões técnicas interinstitucionais, oficinas temáticas, consultas públicas. Essa abordagem é coerente com uma fase em que ainda não há definição locacional de empreendimentos, e na qual o engajamento tem como foco a disseminação de informação qualificada e participação social pertinente ao escopo do planejamento da fonte eólica offshore.

De forma complementar, o PEPI estabelece recomendações para a atividade de Mapeamento de Sensibilidades, prevista na aplicação da metodologia da EPE para seleção de áreas a serem ofertadas para geração eólica offshore, como o momento de ampliação do engajamento para além das instâncias do GT Eólicas Offshore. Essa etapa demanda contribuições de outros atores estratégicos, incluindo instituições técnico-científicas,

pesquisadores especializados e detentores de bases de dados e informações relacionadas à conservação da biodiversidade marinha e costeira (como rotas migratórias de aves e cetáceos, áreas de reprodução, nidificação, alimentação e corredores ecológicos) e aos usos, atividades e infraestruturas existentes no espaço marinho (tais como rotas de navegação, áreas de fundeio, cabos submarinos de comunicação, dutos e atividades de petróleo e gás, pesca e demais usos).

Sempre que disponíveis e pertinentes ao contexto analisado, poderão ser considerados documentos, estudos, protocolos comunitários e informações produzidas em processos participativos anteriores, com o objetivo de subsidiar a compreensão dos usos do território, das sensibilidades socioambientais e das dinâmicas locais relacionadas ao espaço marinho e costeiro.

Ao valorizar a participação social no Mapeamento de Sensibilidades, o PEPI reconhece o caráter inovador desse processo no contexto brasileiro, incorporando, ainda na fase de planejamento de uma nova fonte energética, mecanismos estruturados de escuta e busca por diálogo social. Essa abordagem contribui para ampliar a legitimidade do processo decisório, identificar potenciais conflitos e harmonizar políticas públicas, reduzindo riscos nas etapas subsequentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. *Cenários para o Desenvolvimento de Eólica Offshore no Brasil.* Washington, DC: Banco Mundial, 2024.

BRASIL. *Portaria n. 1318, de 7 de agosto de 2015. Define os limites da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 ago. 2015. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRISSAC, S. G. T. *Os embates da questão Anacé: a atuação de antropólogos na efetivação de direitos territoriais indígenas no Ceará*. In: Laudos Antropológicos em Perspectiva. Brasília: ABA, 2015. p. 280-306.

BRISSAC, S. *O recurso ao Ministério Público Federal como estratégia indígena para a gestão de seu território: os casos Tapeba e Anacé no Ceará*. s.d. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/Casos_Tapeba_e_Anace_CE.pdf. Acesso em: 1 jul. 2025.

CARVALHO, E. *Marco Referencial dos Povos Indígenas do Estado do Ceará*. s.d. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/SWAP/swapii/salvaguardas/marco_logico_indigenas.pdf. Acesso em: 26 jun. 2025.

CÉSAR, J. B. M. *A audiência pública como instrumento de efetivação dos direitos sociais*. RVMD, v.5, n.2, p.356-384, 2011. DOI: http://dx.doi.org/10.18840/1980-8860/rvmd.v5n2p356-384

DTU-AQUA; Danish Energy Agency. *Recommendations for Coexistence Between Offshore Wind and Fisheries: Strategic Sector Cooperation between Brazil and Denmark.* Copenhagen: DEA/DTU-Aqua, 2024.

DUPRAT, D. *A Convenção n. 169 da OIT e o direito à consulta prévia, livre e informada*. IN: Duprat, Débora (org.) Convenção n. 169 da OIT e os Estados Nacionais. - Brasília: ESMPU,

2015. [https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/convencao-169-da-oit_web.pdf]. Acesso em 21/10/2025.

DUTTON, A; ROOIJEN, H. den. *Brazil – Stakeholder Engagement: Examples and Lessons Learned from the UK Offshore Wind Sector.* World Bank Group / ESMAP, 15 abr. 2025.

EPE. *Geração Eólica Offshore – Metodologia para Seleção de Áreas para Oferta.* Apresentação técnica, 27 jun. 2025.

FÉLIX-SILVA, A. V.; OLIVEIRA, M. M. S.; BEZERRA, L. L. S. *Cartografia da luta e resistência de uma comunidade de pesca artesanal*. Saúde em Debate, v. 44, suplemento 2, jul. 2020.

FLOR, K.. *Na linha de frente contra o "monstro do mar"*. Le Monde Diplomatique Brasil, 23 jul. 2025. Disponível em: https://diplomatique.org.br/na-linha-de-frente-contra-o-monstro-do-mar-a-transicao/. Acesso em: 8 set. 2025.

FREITAS, Y. V. *Caracterização da atividade pesqueira artesanal no litoral oeste do Ceará*. Dissertação (Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais) – Universidade Federal do Ceará, LABOMAR, 2022.

FRANCO, C. T. S. *Resumo do Relatório Circunstanciado de Indefinição e Delimitação da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú*. *Diário Oficial da União*, n. 26, seção 1, 6 fev. 2012. p. 22-23.

GOMES, A.; VIEIRA, J. P.; MUNIZ, J. *Povos Indígenas no Ceará: organização, memória e luta.* Fortaleza, nov. 2007. Disponível em: https://www.ced.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/82/2023/07/Povos-indigenas-no-Ceara.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

HALAL, F. *Aldeia Pará Rokê e a retomada de terras ancestrais*. Universidade Federal do Rio Grande, 27 abr. 2021. Disponível em: https://www.furg.br/noticias/noticias-cultura/aldeia-para-roke-e-a-retomada-de-terras-ancestrais. Acesso em: 14 ago. 2025.

IAP2. *Valores Essenciais do IAP2*. https://www.iap2.org/page/corevalues. [s.d]. Disponível em: https://www.iap2.org/page/corevalues. Acesso em 21/10/2025.

IBAMA. *Sobre o Licenciamento Ambiental Federal.* Publicado em 21/12/2022, atualizado em 22/02/2024. In [https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/laf/sobre]. Acesso em 21/10/2025.

ICMBio. *Plano de Ação para Conservação do Peixe-boi Marinho: Ata da Reunião Ordinária Anual da REMANOR 2023.* Ministério do Meio Ambiente, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos, 2023.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC). Engajamento de Partes Interessadas: um manual de boas práticas para empresas que operam em mercados emergentes. Washington, DC: International Finance Corporation, 2007.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC). Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social. Washington, DC: International Finance Corporation, 2012.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). LUNA, F.O. et al. *Protocolo de Soltura e Monitoramento de Peixes-bois.* Brasília: ICMBio, 2021.

LIEBGOTT, R. A. *Povo Guarani no RS: estratégias de articulação e mobilização pela conquista e garantia de direitos!* Disponível em: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=5842.

———. *Placa na entrada da comunidade Tekoa Yy Ryapu, em Palmares do Sul (RS), é alvejada a tiros.* 14 out. 2024. Disponível em: https://cimi.org.br/2024/10/tiros-tekoa-yy-ryapu/. Acesso em: 20 ago. 2025.

MARÉS, C. *Direitos Coletivos, a Convenção 169 da OIT e os Territórios*. In: LIMA, Liana Amin; MARÉS, Carlos Frederico; GLASS, Verena. Convenção 169 da OIT: direitos territoriais, consulta e consentimento: protocolos autônomos e jusdiversidade. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; 2025

MARTINS TERCEIRO, A. *Conhecendo a pesca artesanal em Tramandaí e Imbé – RS*: distribuição espacial e desafios. *Ciência e Natura*, Santa Maria, v. 39, n. 2, p. 341–351, mai./ago. 2017.

MULLER, A.. *As lutas quilombolas e a regularização de seus territórios no Rio Grande do Sul.* Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NORDIC ENERGY RESEARCH. *Accommodating Biodiversity in Nordic Offshore Wind Projects.* Nordic Energy Research / DNV, 2022.

OECD. *Sustainable Ocean Economy – Policy Highlights.* 2020.

PELEGRINI, F. F. A. *Percepção ambiental da comunidade de Mostardas sobre o Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS).* Tese (Doutorado em Biologia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012.

PEREIRA, L. I.; VITAL, M. M.; FONSECA, R. O. *Impactos territoriais e a instalação de projetos eólicos na comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado (Pedra Grande/RN): transição energética ou nova fronteira para acumulação do capital? Revista NERA*, v. 27, n. 3, 2024.

PEREIRA, Renata Lima. *A atividade pesqueira e sua influência na produção do espaço da Colônia de Pescadores Z-3, 2º Distrito de Pelotas.* Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) – Universidade Federal de Pelotas, 2014.

PIERONI, Gabriella Cristina (org.). *Inventário participativo da cultura alimentar Tremembé da Barra do Mundaú.* São Paulo: Slow Food Brasil, 2022. Disponível em: https://slowfoodbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/06/01_IVENTARIO_TREMEMBE_200X200.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

PIZELLA, D. G.; SANTIM, J. B.. *Participação da sociedade no licenciamento ambiental brasileiro: percepção de especialistas em avaliação de impactos*. Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais, v.13, n.7, p.249-263, 2022. DOI: http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2022.007.0018. Acesso em 21/10/2025.

QUEIROZ, I. N. L. F.; MILLER, F. S.. *Democracia e participação popular no licenciamento ambiental de um empreendimento eólico em São Miguel do Gostoso – RN*. Revista Direito Ambiental e sociedade, v.8, n.1, p.237-264, 2018.

SENMAP Consortium. *Integrated SenMap Guidance for Early Offshore Wind Spatial Planning.* 2023.

SILVA, Regina Balbino da. *Cartografia social do mar do Ceará: perspectivas da pesca artesanal e os potenciais conflitos com a energia eólica offshore.* Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

SOUZA, A. N.; JACOBI, P. R. *Licenciamento ambiental e ampliação da cidadania: O caso da hidrelétrica de Tijuco Alto*. O&S, v.18, n.57, p.245-263. 2011. DOI: http://doi.org/10.1590/S1984-92302011000200003

UNESCO. *Engaging Offshore Wind Sector in Marine Spatial Planning. Volume 2: Good Practices.* IOC Technical Series No. 197, Volume 2. UNESCO, 2025.

WORLD BANK GROUP. *Engaging Communities in Offshore Wind: Human Dimensions of Offshore Wind Projects.* 2015.

WORLD BANK GROUP; IFC; ESMAP. *Stakeholder Engagement – Examples and Lessons Learned from the UK Offshore Wind Sector.* Alastair Dutton & Huub den Rooijen, 15 Apr. 2025.

XAVIER, T. W. de F., CAETANO, A. G. N. and BRANNSTROM, C.. *"Parques eólicos offshore no Brasil e os potenciais impactos sociais: aplicação de Matrizes SWOT*." (2020).

XAVIER, T. W. de F. *Análise participativa dos potenciais impactos socioambientais de parques eólicos marinhos (offshore) na pesca artesanal no estado do Ceará, Brasil.* Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

YAMADA, E. M.; GRUPIONI, L. D. B.; GARZÓN, B. R.. Protocolos autônomos de consulta e consentimento: Guia de Orientações. São Paulo: Rede de Cooperação Amazônica, 2019.

Apêndice A:
Estratégia de Comunicação com Povos Indígenas, Quilombolas, Comunidades Pesqueiras e Tradicionais